

FUNCIONAMENTO DOS GINÁSIOS NO INTERIOR DA BAHIA ENTRE AS DÉCADAS DE 1950 E 1970 E SUAS INTERDEPENDÊNCIAS COM OS PARTIDOS POLÍTICOS: O CASO DE SERRINHA

Gildenor Carneiro dos Santos
Professor Doutor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
E-mail: gildenorcaireiro@yahoo.com.br

Palavras-chave: Educação. Democracia. Partidos políticos.

Introdução

A estruturação e a consolidação do poder político, de grupos locais em Serrinha-BA, que ao longo de décadas estiveram no comando administrativo do município, foi objeto de curiosidade surgido durante uma pesquisa realizada no programa de doutorado da FE-USP (Universidade de São Paulo). Dela resultou a tese intitulada “Religião, Sociedade e Educação: a atuação do padre Demócrito Mendes de Barros em Serrinha (BA): 1950 – 1992” (SANTOS, 2006). Para esclarecer a estruturação do poder local pretendo discorrer sobre a política partidária em Serrinha, indicando partidos, nomes de representantes e grupos de influência. Ao tratar da expansão do ensino em função da trajetória da política partidária, procurarei mostrar o que resulta quando as escolas públicas são utilizadas para conservar a fidelidade dos cabos eleitorais e dos serviços daqueles que podem atrair votos e com eles contribuir para a manutenção do *status quo*. Pelo que será exposto acredito na possibilidade de inferir como isso aconteceu, sem haver necessidade de indicar nomes e particularizar tais trajetórias. O objetivo desse artigo é contribuir para a adoção de novos rumos para os serviços públicos de educação, onde atuem pessoas que se sintam seguras em suas posições sociais, visando comportamentos favoráveis à democratização. Há a preocupação de expor como a intervenção da política partidária nos serviços de educação não pareceu ocorrer com o intuito de beneficiá-los. Durante a pesquisa não se evidenciaram projetos dos políticos que visassem o desenvolvimento intelectual da população, nem tampouco de instrumentalizá-la para o exercício profissional, como pretendeu a reforma realizada no regime militar pós-64. Implantavam-se escolas, batizavam-nas com nomes de políticos vivos, indicavam-se parentes

e correligionários para os cargos a serem ocupados e quanto aos resultados das ações pedagógicas, não há indícios de cuidados. É o caso de se perguntar: a quem serviam as escolas?

O município de Serrinha, no sertão baiano e distante aproximadamente 180 km da cidade do Salvador, foi emancipado de Irará, o que se deu em 1876, ocasião em que sua sede era uma vila. Para atingir os objetivos da pesquisa foram utilizados os depoimentos tomados do padre Demócrito Mendes de Barros, pois ele atuou na Igreja Católica local a partir de 1948 até a década de oitenta. Ensejou-se uma pesquisa em história oral. Esta opção é justificada também pelo fato de que os estudos tiveram um sentido prático, deveriam contribuir para a divulgação do trabalho do Padre e de como ele valorizou e conservou as tradições locais. No dizer de Thompson (1998) a história oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. No entanto a maioria dos apontamentos foram tomados por escrito, pois, nem sempre ele sentia-se tão à vontade e falava com tanta naturalidade, como quando parecia dar aula e os apontamentos iam sendo tomados em um caderno. Outras fontes utilizadas foram fotografias e documentos – cartas, comunicados, atas de reuniões - oferecidos pelo padre Demócrito ou por seus colaboradores, alguns deles pertencentes ao arquivo da Câmara Municipal de Serrinha, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, à Cooperativa Mista dos Agricultores e à Igreja Católica; jornais e os livros da autoria do Padre, bem como de outros autores sobre a história do município: Tasso Franco (1972, 1996), Lafayette Coutinho (2000, 2005), Leopoldo Alves (1981), Lúcio Euzébio dos Santos (2004) e M^a da Glória V. Meinking (2001).

Ensino para atuação política

Com base na compreensão de que atuar nas escolas requer o desenvolvimento de uma consciência relacional, pluralista, interdisciplinar e sistêmica, Moraes (2003) propõe uma educação que pressuponha o alcance de um novo patamar na história da evolução da humanidade, no sentido de corrigir os inúmeros desequilíbrios existentes, a injustiça e as desigualdades sociais.

Para analisar as influências do padre Demócrito nas transformações sociais em Serrinha, achei oportuno considerar, entre outras, a afirmação de Wanderley (1987), de que uma certa autonomia relativa da categoria dos professores implica em ação sobre o desenvolvimento na sociedade e que o professor tem capacidade de interferir, de alguma

forma, nesse processo (WANDERLEY, 1987, p. 187). Para Oscar Jara (1985) o processo educativo deve permitir a participação consciente como sujeito na construção da história (JARA, 1985, p. 5). Afirma ele que para buscar uma concepção metodológica na teoria dialética do conhecimento, deve-se observar que: 1º) a prática social é a fonte dos conhecimentos; 2º) a teoria está em função do conhecimento científico da prática e serve como guia para a ação transformadora; 3º) a prática social é o critério de verdade e o fim último de todo o processo de conhecimento (JARA, 1985, p. 10).

Por outro lado, menciono que na época do emprego do método de Paulo Freire na educação popular os diversos movimentos, de alguma outra forma comprometidos com a transformação da sociedade, como o foram o Movimento de Educação de Base (MEB), as Ligas Camponesas, a sindicalização rural, a “Campanha de pé no chão também se aprende a ler”, que era a campanha de alfabetização do Rio Grande do Norte, o próprio Movimento de Cultura Popular do Recife, cada um deles ampliava as possibilidades de atuação e de influência de cada um dos outros, e todos, em conjunto, davam substância a um processo de conscientização das massas. Por isso mesmo configuravam uma ameaça aos que tinham interesse em permanecer no poder (BEISIEGEL, 1982, p. 290; WANDERLEY, 1984, p. 16).

Como a educação popular é conduzida pelo Estado, e tende a ser um processo educativo conduzido de forma a chocar-se contra os interesses dos que dominam a sua política – representando seus interesses pessoais – tem-se como consequência, o educador ser proibido de educar.

Para Dias (1985), encontros com militantes dos movimentos de bairros, comunidades eclesiais de base, sindicatos de trabalhadores rurais e Centros de Educação Popular, produziram reflexões a respeito da necessidade de organização para se efetivar a transformação social, também reflexões sobre o acúmulo de tarefa para os militantes e a falta de gente nova para assumir compromissos nos movimentos populares. Faz-se a crítica ao excesso de reuniões sem ações práticas que lhes sejam conseqüentes, e surgem as perguntas: “Quais as reuniões que colaboram no processo de transformação social? Além das reuniões, qual é a nossa prática junto às classes populares?” (DIAS, 1985, p. 1).

Política partidária em Serrinha

Em 1948, o serrinhense Rubem Nogueira, deputado estadual pelo PRP (Partido da Representação Popular), conseguiu aprovar a Lei 130 que criou o primeiro ginásio público

do interior da Bahia, o Ginásio Regional do Nordeste, e que foi instalado em Serrinha em 1952. Outro político que se destacou foi Lourinho Chileno, em 1954, quando ganhou a eleição para prefeito, com o apoio do padre Demócrito, no desejo de acabar com a hegemonia do coronelismo no município. Para dar esse apoio, o Padre rompeu com o Deputado André Negreiros Falcão de quem era partidário até então, mas que apoiou Manoel Geraldo, o outro candidato. A hegemonia do grupo político derrotado vinha persistindo há quase trinta anos no município, e na ocasião estava com o PSD. Outros partidos políticos existentes, entre 1950 e 55, em Serrinha, eram UDN (União Democrática Nacional), PSD (Partido Social Democrata), PSP (Partido Social Progressista), PST (Partido Social Trabalhista), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PR (Partido Republicano).

Lourinho Chileno batizado Horiosvaldo Bispo dos Santos, foi representante das camadas populares e fazia parte da oposição estadual. Atuava, também, no PRP (Partido da Representação Popular) que representava o integralismo. Lançou um “Manifesto ao povo serrinhense” com duras críticas à oligarquia dominante, assinado também por representantes de outros partidos – PR, PTB, PSP, UDN-1 e UDN-2. A união em torno dessa candidatura formou a chamada “Bandeira da Esperança”. Essa campanha foi considerada um dos momentos cívicos mais bonitos da cidade. Para apoiá-la o Padre participou ativamente dos programas radiofônicos da cidade e utilizou o púlpito para fazer ataques aos políticos da época.

Posteriormente, nas eleições municipais de 1966, o padre Demócrito, procurando apaziguar as contendas políticas entre seus paroquianos, sugerira a renúncia de Plínio Carneiro da Silva. Outro motivo era que havia o risco do retorno do PSD que ele ajudara a derrotar em 1954. Sem resposta lançou manifestos à família serrinhense e o apoio ficou para Carlos de Freitas Mota, que saiu-se vitorioso. Plínio Carneiro, como vereador filiara-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e, havia concorrido à prefeitura com o apoio de Lourinho Chileno, que era muito amigo de seu pai e havia se vinculado ao grupo político de Luís Viana Filho, opositor a ACM. Luís Viana assumiu o governo estadual em 1967, indicado pela ditadura militar. Foi-se consolidando, desta forma, os dois grupos políticos antagônicos, em Serrinha.

Com o apoio do governador, Plínio Carneiro aumentou seu poder político e, em 1969 influenciou na instalação do parque de vaquejada de Valdete Carneiro (Osvaldo Carneiro da Silva, seu irmão), de significativa importância para o município. Do MDB passou para a ARENA, cujo presidente local era Dr. José Mota da Silva, em 1970.

Carlos Mota nesse mandato (1967 a 1971) tinha o apoio da Deputada Estadual Ana Oliveira (Nanu), do então Deputado Federal Rubem Nogueira e se vinculou ao Partido da Aliança Renovadora Nacional - ARENA e a Antônio Carlos Magalhães (ACM), este, foi eleito governador para o período de 1972 – 1975, com Luís Viana Neto como Vice, o que aparentemente justifica a adesão de Plínio ao grupo de ACM, anteriormente opositor ao de Luís Viana Filho. A ARENA local desdobrou-se em duas facções: ARENA-1 e ARENA-2.

Importa salientar que os deputados eram e, ainda são, os que indicam os nomes para diretores de escola, bem como de todos os cargos de confiança dos órgãos estaduais, com influência também nos cargos da esfera federal e municipal. As escolas da rede estadual são divididas em lotes, e fica cada um deles sob a influência de um líder político correspondente. Assim, tem-se as escolas “de” Plínio Carneiro, as “de” Carlos Mota, e os vereadores que eram da situação estadual e que contavam com número expressivo de votos também tinham as “suas escolas”, como foi o caso de Odilon Manoel do Nascimento.

A instalação do ginásio

Quando da luta pela instalação do Ginásio no município de Serrinha, o Secretário de Educação do Estado era Anísio Teixeira. Ele entendia que os cursos ginasiais - Ensino Fundamental II, não eram da alçada do Estado e que este deveria cuidar apenas do nível primário – hoje nomeado Ensino Fundamental I - mas não criou dificuldades ao projeto do Deputado Rubem Nogueira. Porém, os dois representantes de Serrinha na Assembléia Legislativa se empenharam em ganhar a paternidade da instalação do Ginásio no município. Disso resultou risco de insucesso do projeto.

André Negreiros propôs a edificação de um prédio na área onde funcionou posteriormente a Escola Estadual André Negreiros Falcão, e, atualmente, após uma reforma radical em 2009, passou a funcionar o Centro de Educação Científica de Serrinha, com similar apenas no Rio Grande do Norte. Ele se opôs a que fosse utilizado o prédio da Sericicultura – cultivo do bicho da seda, como havia proposto Rubem Nogueira. Quando finalmente foi marcado o exame de admissão para selecionar os primeiros alunos do Ginásio, os partidários encarregaram-se de espalhar boatos pela cidade, avisando que não o haveria mais, na tentativa de boicotá-lo.

Desde 1949, havia o imbróglio para definir o local onde seria instalado o Ginásio. O Secretário da Agricultura, Nestor Duarte, alinhado politicamente com o prefeito de Serrinha –

André Negreiros, se esforçou para impedir a utilização do prédio da Sericultura, do qual uma fotografia apresento abaixo.



Ilustração: Colégio Estadual Rubem Nogueira. Foto do início da década de 1980.

Rubem Nogueira aguardou uma oportunidade boa para voltar a insistir pela instalação no referido prédio. Quando em 1951, enquanto Procurador-Geral da Justiça e estava apoiando o novo governador do Estado, Regis Pacheco, fez mais uma investida, muito discretamente, e conseguiu a transferência do prédio da Sericultura para o patrimônio da Secretaria da Educação e com a determinação que serviria para abrigar o Ginásio. Logo foi designado um Inspetor Federal para presidir os exames de admissão a realizarem-se nos dias 28 e 29 de fevereiro. Foi uma contrariedade para os políticos partidários do então prefeito.

Escolas públicas e seus serviços

Nesta parte analiso algumas expressões relativas à qualidade do ensino, dos depoentes que contribuíram para a pesquisa, dentre eles(as) experientes professores(as) que tiveram papel de destaque no período estudado.

Em 1975, houve mudança da diretora do Ginásio. A nova gestora assumiu e, segundo suas palavras, encontrou a escola em um estado praticamente de ruínas. Os muros estavam caindo e, quando chovia, não tinha aulas porque o telhado estava danificado. Não tinha aulas à noite porque muito faltava energia elétrica. O Ginásio estava sem água para lavar as mãos, nem mesmo para beber e sem carteiras, o professor não tinha onde sentar. No mês de novembro não havia uma ficha modelo 18, ficha para registro da frequência e do aproveitamento escolar e que constitui o histórico. No seu entender, foi colocada lá como bode expiatório e carregou aquele mundo de problemas. Conseguiu angariar recursos e a partir disso foi executada uma reforma geral com o que foi feito o muro, consertado o telhado, e supridas as necessidades mais urgentes. Para cuidar da limpeza havia lá “senhoras da sociedade”, colocadas só proforma, esposas dos “puxadores de votos”, que profissionalmente não executavam suas tarefas e, com isso, a sujeira imperava. Intimidadas pela diretora, tiveram que trazer as suas empregadas domésticas para fazer a limpeza. Depois, no meio do ano seguinte essa diretora foi substituída. Deixou o cargo prometendo-se não voltar por dinheiro nenhum.

O problema da falta de carteiras voltou a acontecer mais vezes e, em 1988, o Ginásio estava novamente em um estado degradante, porque professoras sentavam-se no chão, para que os alunos também sentassem e não assistissem às aulas em pé. Havia sala em que os estudantes às vezes encostavam-se em paredes úmidas, devido a infiltrações existentes. As professoras desejavam uma situação de conforto e terem condições de dar aula com um pouco de atenção dos estudantes.

Essa falta de carteiras foi solucionada com um pedido da Diretora à Secretária de Educação Maria Augusta Rosa Rocha, e mais a cessão de um caminhão pelo prefeito, dessa forma vieram todas as carteiras que foram necessárias. Todavia houve, em apoio, a interferência do então Deputado Estadual Dr. Plínio Carneiro da Silva, ele que em 1968 fora vice-diretor. Como não houvesse recursos para custear a montagem das mesmas, os próprios alunos do turno noturno o fizeram, em regime de mutirão.

As ações de paternalismo e assistencialismo combinadas com o “mutismo e a passividade dos homens comuns” dificultam o projeto de aumentar a participação crítica na sociedade. O educador libertador precisa ter clareza política para entender as manipulações ideológicas, enxergar onde é possível elas estarem disfarçadas, e perceber quando a dignidade de seres humanos é ameaçada.

A influência política, eleitoreira, ainda era prática em 2005: uma professora aposentada afirmou que ainda gostaria de trabalhar muito, mas está sem alternativas, pois tinha um cargo de secretária em uma escola, o prefeito perdeu na política e, com sua influência na Secretaria da Educação do Estado exonerou muitas pessoas, inclusive ela, pois, não trabalhou para a candidatura dele (SO). Essas alterações de equipes de trabalho nas escolas é um dos fatores que prejudicam o processo de democratização da sociedade. Somente os tipos de pessoas que se sentem seguras e não temem a perda de sua posição social seriam capazes de apresentar estrutura de personalidade democrática, fundadora do comportamento favorável à democratização.

Com ênfase para a influência política nas escolas, uma ex-diretora e professora aposentada informou:

Atualmente sai-se da escola sem preparação, o próprio Governo contribui para isso, porque deixa o professor com auto-estima lá embaixo, não paga devidamente pelos seus serviços e não cobra qualidade na prestação deles. As irregularidades existentes no sistema educacional são suportadas. Um exemplo é o fato de existirem gestores que não comparecem regularmente ao seu expediente na escola, antigamente não existia isso. Havia piores condições financeiras e as escolas apresentavam melhores resultados. Pode-se colocar a tecnologia que quiser na educação, se não houver uma fiscalização séria do trabalho do professor, de forma democrática, em que haja igualdade de condições, não se recupera o nível de qualidade das escolas (EA).

Até no início dos anos noventa não era qualquer um que ia trabalhar na escola. Afirmou ainda EA que, “atualmente tem aquele pessoal do REDA (Regime Especial de Direito Administrativo), um contrato considerado uma aberração por docentes mais comprometidos com a qualidade da educação”.

Considerações quase finais

De acordo com os depoimentos colhidos e os documentos analisados posso sugerir que um dos fatores que contribuíram para a queda da qualidade da escola pública em Serrinha - BA foi a adoção do critério exclusivamente político para a admissão de gestores, professores e demais funcionários. E os professores mais capacitados que eram contra os políticos no poder, foram sendo preteridos. Por outro lado, admitiram-se professores que não tinham nenhuma capacitação, incluindo-se professores que não sabiam o assunto que deveriam lecionar. Findando-se o século XX não se faziam concursos nem eleições diretas para gestores

escolares do Ensino Básico na Bahia, continuavam sendo admitidos através da indicação de um político, cujas influências ainda estão sendo determinantes nas escolas públicas.

Como os funcionários indicados ou contratados por esse meio precisam dos votos da clientela para corresponder à confiança de quem lhe facultou o emprego, a qualidade do ensino tende a ser prejudicada. Principalmente quando as avaliações deixam de atender a critérios vinculados aos objetivos elencados nos planejamentos e passam a atender a critérios outros, que não levam em conta os serviços que a escola deveria prestar para os alunos, revelando uma situação que causa desgostos às professoras que atuaram em tempos outros, em que havia maiores cuidados com os resultados que a escola deveria apresentar.

As ações de paternalismo e assistencialismo combinadas com o mutismo e a passividade dos homens comuns dificultam o projeto de aumentar a participação crítica na sociedade, e de contribuir para uma efetiva democracia.

Fontes

ALVES, Leopoldo. *Serrinha, seca e sisal*. Salvador: Contemporânea, 1981.

BARROS, Demócrito Mendes de Barros. *Mercado de sexo*. Salvador: Ed Mensageiros da Fé, 1975.

COUTINHO, José Lafayete. *Colégio Estadual Rubem Nogueira: uma história em construção*. Serrinha: (Ed particular), 2000.

_____. *Serrinha: a evolução política do município*. Serrinha: Lafayete, 2005.

FRANCO, Tasso. *Serrinha: história & estórias*. Serrinha: Ed. O Serrinhense, 1972.

_____. *Serrinha: A colonização portuguesa numa cidade do sertão da Bahia*. Salvador: EGBA; Assembléia Legislativa do Estado, 1996.

MEINKING, Maria da Glória Valverde. *Minhas lembranças de Serrinha*. Salvador: Marchete, 2001.

SANTOS, Lúcio Euzébio dos. *Reflexos da diaconia*. Feira de Santana: Gráfica Modelo, 2004.

Referências

BEISIEGEL, Celso de Rui. *Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo: Ática, 1982. (Ensaio: 85).

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 27. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992a.
- _____. *Poder local e educação*. São Paulo: Cortez, 1992b.
- DAMASCENO, Alberto et al. *A educação como ato político partidário*. São Paulo: Cortez, 1988.
- DANIEL, Celso. Participação popular. In: DAMASCENO, Alberto et al. *A educação como ato político partidário*. São Paulo: Cortez, 1988.
- DEMO, Pedro. *Participação é Conquista: noções de política social participativa*. São Paulo: Cortez, 1999.
- DIAS, Romualdo. *Construindo a organização popular – texto de apoio*. São Paulo: Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS), v. 3, jun. 1985, p. 1.
- FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. *Pensamento pedagógico brasileiro*. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. O partido como educador-educando. In: DAMASCENO, Alberto et al. *A educação como ato político partidário*. São Paulo: Cortez, 1988.
- _____. *Pedagogia dos sonhos possíveis*. Coordenadora Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: UNESP, 2001.
- GADOTTI, Moacir. *A educação contra a educação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- JARA, Oscar. *Concepção dialética da educação popular: texto de apoio*. São Paulo: Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS), v. 2, maio 1985.
- LECHNER, Norbert. La democratización en el contexto de una cultura postmoderna. In: LECHNER, Norbert (Comp.). *Cultura política y democratización*. Buenos Aires: CLACSO, 1987. p. 253-261.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivo, Patrimônio e Memória: trajetória e perspectivas*. São Paulo: UNESP/ FAPESP, 1999. p. 11-29.
- MORAES, Maria Cândida. *O paradigma educacional emergente*. 9. ed. Campinas: Papirus, 2003. (Coleção Práxis).
- NOSELLA, Paolo. Em busca da identidade política. In DAMASCENO, Alberto et al. *A educação como ato político partidário*. São Paulo: Cortez, 1988.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga de Moraes Von (Org.). *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1988. (Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais; v. 5). p. 14-43.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SANTOS, Gildenor Carneiro dos. *O erro na aprendizagem de matemática em uma perspectiva construtivista*. 1995. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

_____. *Religião, Sociedade e Educação: a atuação do padre demócrito Mendes de Barros em Serrinha (BA): 1950-1992*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SANTOS, Nilda Moreira. *Movimento dos professores da rede pública na Bahia, (1952 – 1989)*. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. Campinas: Autores Associados, 1995.

TEIXEIRA, Beatriz de Basto. *Por uma escola democrática: colegiado, currículo e comunidade*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo: 2000.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Universidade e democracia: relações do professor com o desenvolvimento. In CATANI, Denice Bárbara et al. (Org.). *Universidade, escola e formação de professores*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 187-198.

_____. *Educar para transformar: educação popular, igreja católica e política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis: Vozes, 1984.